



O Federalismo na Reforma Tributária



Diretoria Executiva

Biênio 2019-2021



Jonas Donizette
Prefeito de Campinas/SP
Presidente



Edvaldo Nogueira
Prefeito de Aracaju/SE
1º Vice-presidente Nacional



Firmino Filho
Prefeito de Teresina/PI
2º Vice-presidente Nacional



Cinthia Ribeiro
Prefeita de Palmas/TO
Vice-presidente de
Relações Institucionais



Auricchio
Prefeito de São Caetano do Sul/SP
Vice-presidente
dos ODS



ACM Neto
Prefeito de Salvador/BA
Vice-presidente de Relações
com o Congresso Nacional



Rafael Greca
Prefeito de Curitiba/PR
Vice-presidente de
Cidades Inteligentes



Luciano Rezende
Prefeito de Vitória/ES
Vice-presidente de
Relações Internacionais



Bruno Covas
Prefeito de São Paulo/SP
Vice-presidente de
Mudanças Climáticas



Dr. Hildon
Prefeito de Porto Velho/RO
Vice-presidente de
Relações com o Judiciário



Rui Palmeira
Prefeito de Maceió/AL
Vice-presidente de
Relações com Fóruns
e Redes



Roberto Cláudio
Prefeito de Fortaleza/CE
Vice-presidente de
Parcerias Estratégicas e
Projetos



Geraldo Julio
Prefeito de Recife/PE
Secretário-Geral



Marcelo Crivella
Prefeito do Rio de Janeiro/RJ
1º Secretário Nacional



Arthur Neto
Prefeito de Manaus/AM
2º Secretário Nacional



Gean Loureiro
Prefeito Florianópolis/SC
3º Secretário Nacional e
Vice-presidente de
Turismo



Paula Mascarenhas
Prefeita de Pelotas/RS
Vice-presidente de
Segurança Pública



Duarte Nogueira
Prefeito de Ribeirão Preto/SP
Vice-presidente de
Reforma Tributária



Mario Ricardo
Prefeito de Igarassu/PE
Vice-presidente
Nacional do g100



Ibaneis Rocha
Governador do Distrito Federal
Vice-presidente de
Relacionamento com
Estados

Articulação com Fóruns



Vitor Puppi, presidente da Abrasf
Secretário de Finanças de Curitiba/PR



Giovanna Vicer, presidente o Fórum
Secretária de Fazenda de Niterói/RJ

Dinamismo Demográfico



Migração do Rural para o Urbano



Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil sofreu um intenso processo de êxodo rural.

Mudança demográfica

Desde 2001

pequenas cidades
perdem população

IBGE

(1 em cada 5
municípios
perderam
população)

2014

1.178 dos 5.570 -
reduzem a população,
99% com menos
de 50 mil
habitantes.

2017

Esse número já
era de 1.364
municípios.



Reorganização da Malha Urbana

84,4% dos brasileiros vivem nas cidades (IBGE 2010)

O intenso processo de urbanização no Brasil gerou o fenômeno da metropolização

(ocupação urbana que ultrapassa os limites das cidades)





Ribeirão Preto/SP (População estimada 2019: 703.293)

Crescimento Populacional entre 2000 e 2010 por Faixa

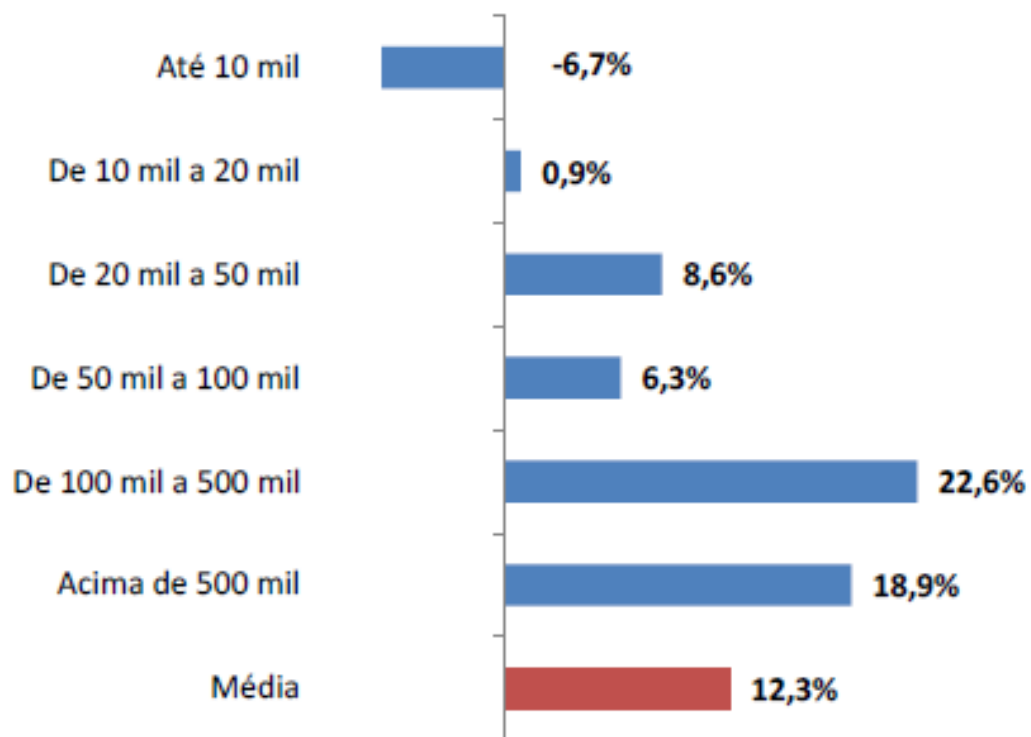


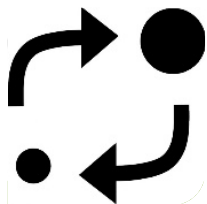
TABELA 2

Crescimento populacional e do PIB por faixa de tamanho dos municípios – 2002-2005

(Em %)

Tamanho do município	Crescimento do PIB (a.a.)	Crescimento populacional (a.a.)	Crescimento PIB <i>per capita</i> (a.a.)
Maior que 500 mil habitantes	1,55	1,43	0,42
Entre 100 mil e 500 mil habitantes	4,71	2,06	2,85
Menor que 100 mil habitantes	3,22	1,15	2,08

Fontes: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios e estimativas populacionais. Tabulação dos autores.



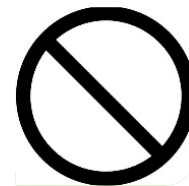
Pacto Federativo

Não há distinções
entre os entes
municipais



Disputas federativas

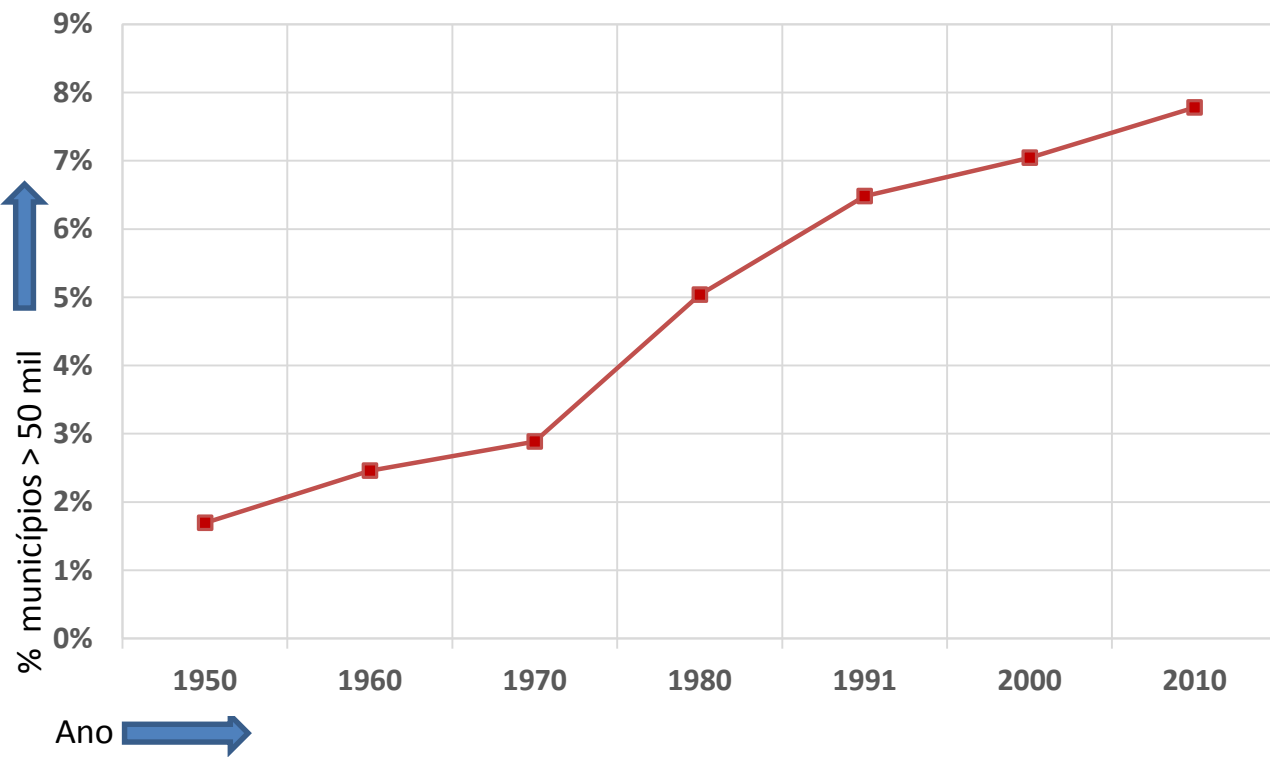
Posições divergentes
em razão do porte
populacional



Inviabilidade de serviços

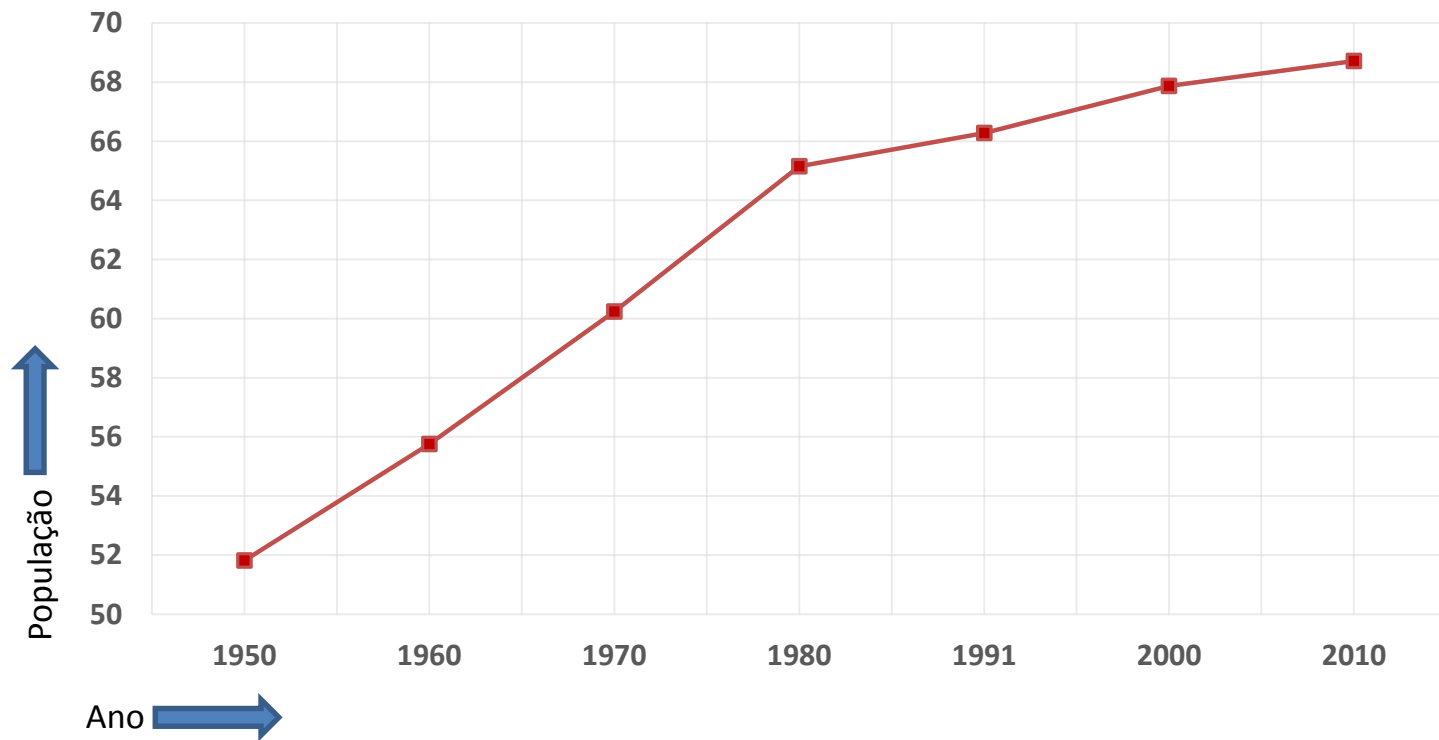
Alguns serviços não
têm escala

—■ % Cidade > de 50 mil habitantes



Ano	Número total de Municípios	Municípios > de 50 mil habitantes
1950	1.887	32
1960	2.764	68
1970	3.952	114
1980	3.991	201
1991	4.491	291
2000	5.507	388
2010	5.565	433

■ % População que vive nas cidades > de 50 mil habitantes



A PEC 45/19





Impostos que serão unificados

1

FEDERAIS

IPI - Imposto sobre
Produtos Industrializados

COFINS - Contribuição para o
Financiamento da Seguridade Social

PIS - Programa Integração Social

2

ESTADUAL

ICMS - Imposto sobre
Circulação de Mercadorias
e Serviços

3

MUNICIPAL

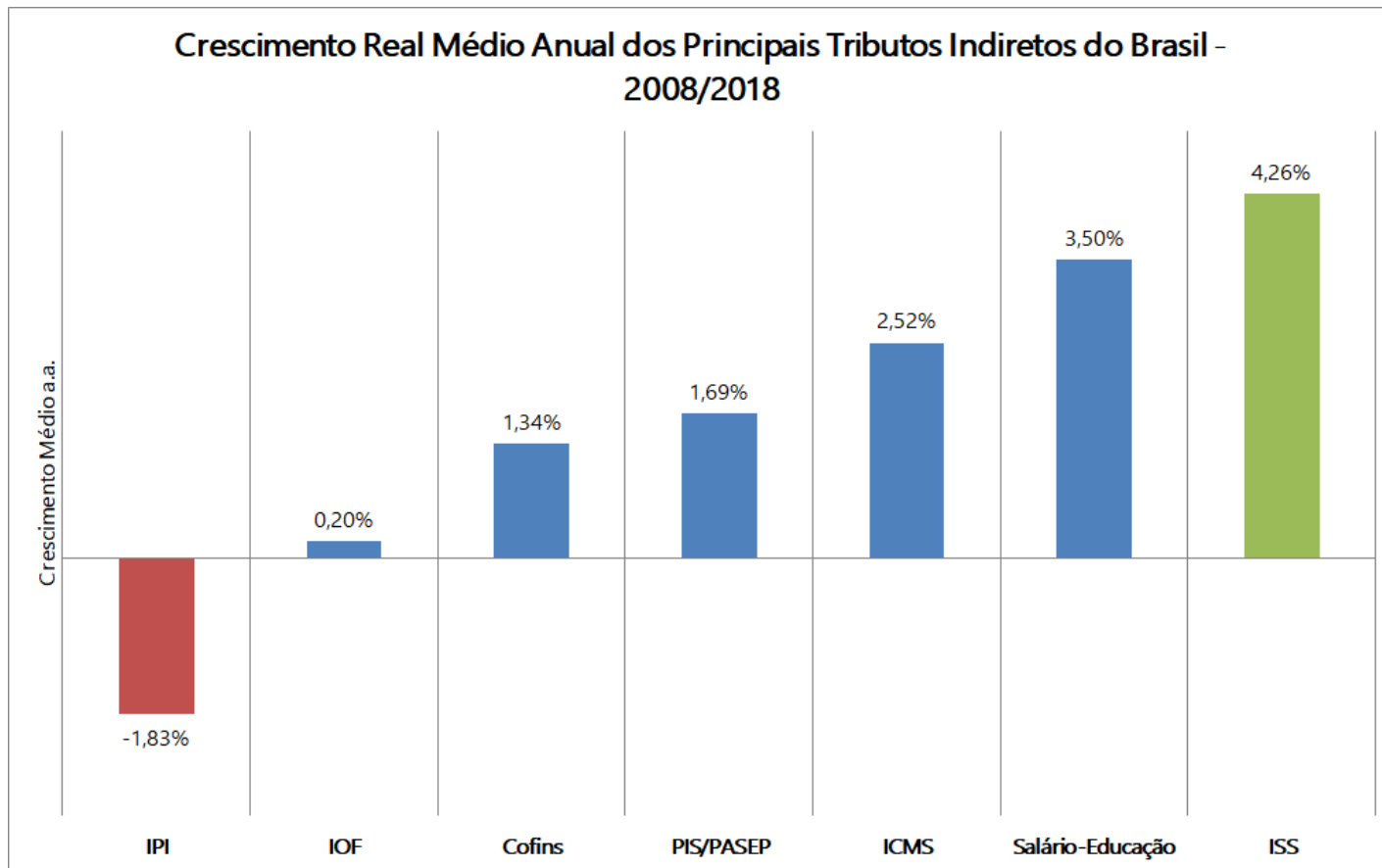
ISS - Imposto Sobre Serviços



POTENCIAL DO ISS

ISS apresenta o melhor desempenho arrecadatório do país...
... economia dos serviços.

Elaboração própria.
Fontes primárias:
STN e Afonso e Castro (2018).



Repensar o nosso federalismo

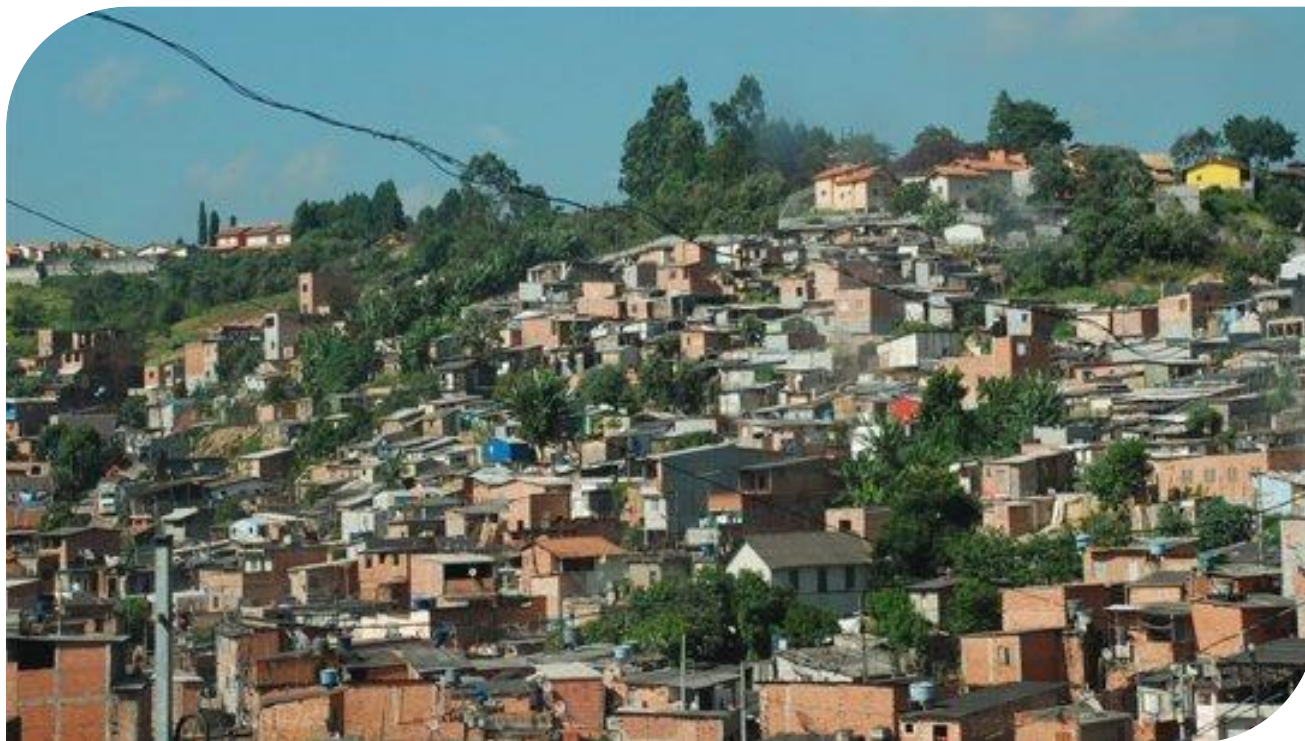


O Federalismo Fiscal precisa refletir a nova realidade:



Cidades **GRANDES** não são mais necessariamente **RICAS**

Cidades **PEQUENAS** não são mais necessariamente **POBRES.**

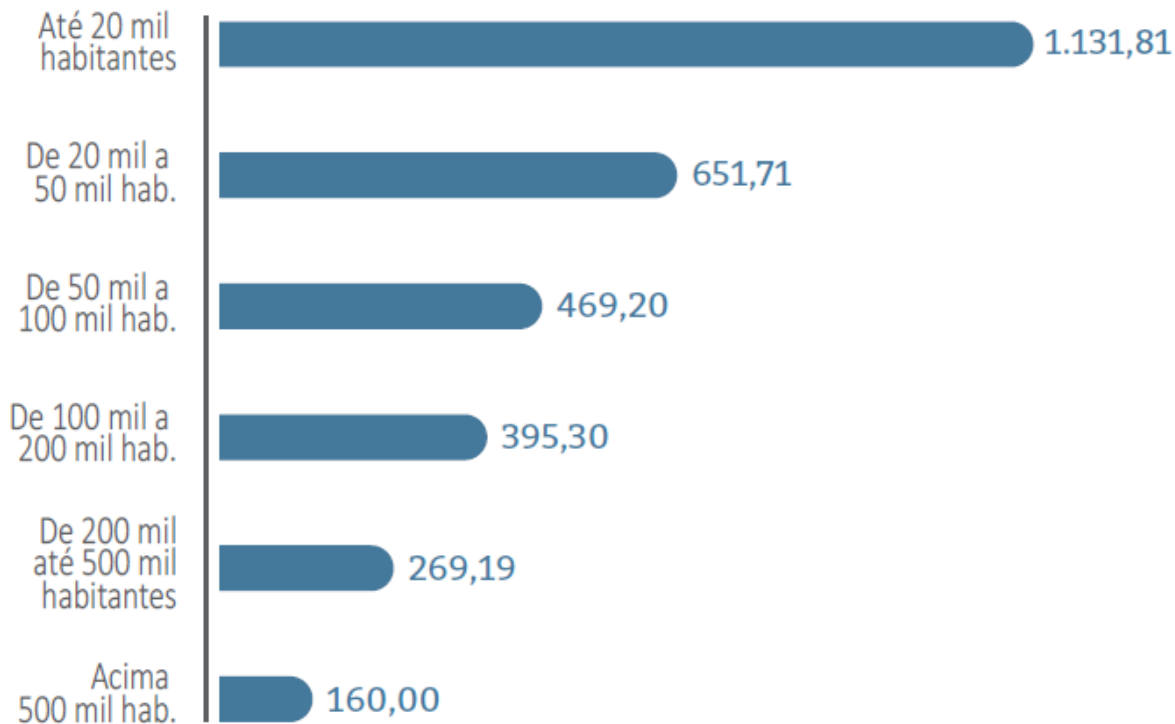


Carapicuíba/SP (População estimada em 2019: 400.927)



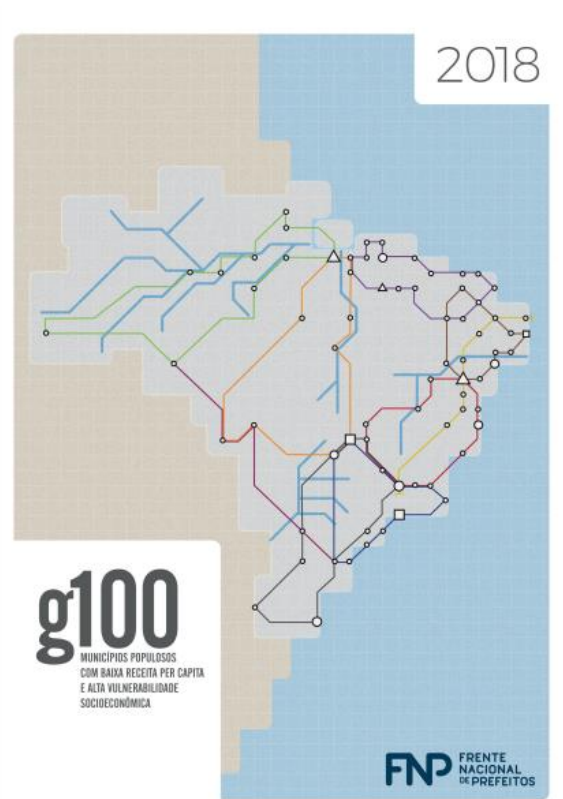
FPM per capita por faixa populacional - 2017

em R\$ - IPCA médio de 2017



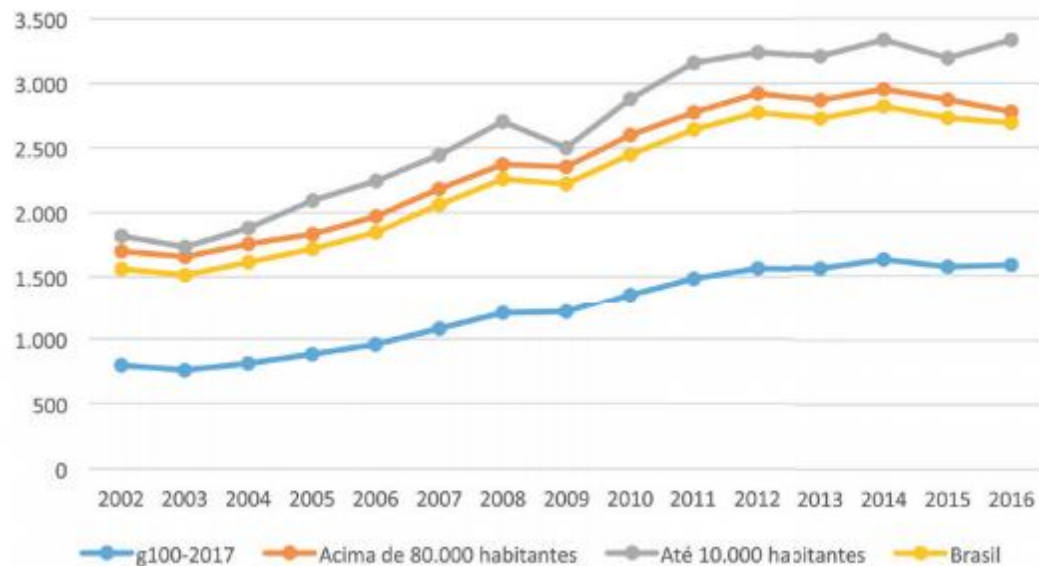


FPM
Para o interior
considera apenas a
população, sem
levar em conta as
condições
socioeconômicas.



g100

Evolução da Receita Corrente Per Capita (2002-2016)
em R\$ - corrigido pelo IPCA de dez/2017



Financiamento das Cidades



Sugestões de Aperfeiçoamento no Federalismo Fiscal



- IPTU - Mudança da planta genérica por decreto.



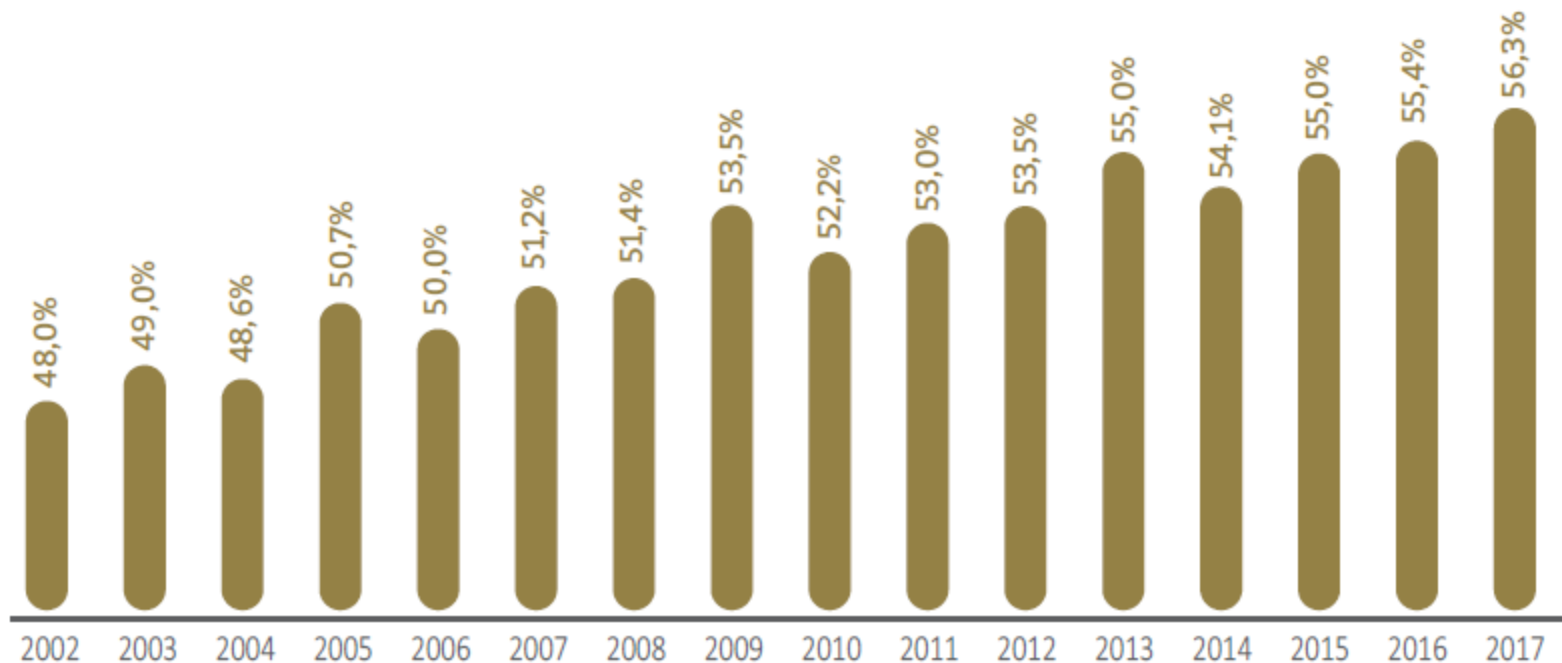
- Rever o FPM (com transição)
- Financiamento da zeladoria
- Instituição de Índice de Eficiência de Arrecadação

Premissas para um Novo FPM





Participação das áreas sociais* na despesa municipal



* Educação, saúde e assistência social.



Mudança do Fundo de Participação dos Municípios

- 1) rateio fixo por UF;
- 2) uso de coeficiente discreto (faixas populacionais) na distribuição;
- 3) indicador populacional como critério único para partilha;
- 4) objetivo de reduzir a desigualdade socioeconômica regional.



Um novo FPM - DEVE

- 1) ser um fundo único, sem discriminação de capitais e sem divisão prévia por UF;
- 2) contemplar, dentre seus parâmetros, indicadores que reflitam não apenas as necessidades, mas também as capacidades das localidades;
- 3) utilizar indicadores multidimensionais (econômicos, sociais, geográficos, demográficos etc.);
- 4) utilizar indicadores de fontes oficiais e que tenham elevada frequência de atualização; e
- 5) premiar localidades pelo esforço fiscal.

Contemplar as dimensões
“capacidade” e “necessidade”

“Premiar” localidades pelo
esforço fiscal e/ou pela
responsabilidade fiscal



Buscar a equalização fiscal
(e não a redução das
desigualdades regionais)

Utilizar **diversos indicadores**:
econômicos, sociais, demográficos,
geográficos e orçamentários

Preferencialmente dentro de um contexto
maior de equalização fiscal, que envolva
outras transferências

Utilizar indicadores que tenham
uma razoável frequência de
atualização

Ter recursos vinculados a uma
base de receita mais ampla e
menos pró-cíclica

Possíveis Indicadores

Equidade - Receita Corrente Líquida per capita

Assistência Social – Benefício de Prestação Continuada

Saúde – Proporção da população SUS Dependente

Educação – Proporção da população em idade escolar

Longevidade – Proporção da população idosa

Geográfico – Área do município



Índice de Eficiência de Arrecadação





Artigo: “É preciso aprimorar a arrecadação”



Obrigado!
Gilberto Perre
Secretário-executivo da FNP



FNP FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS